



Universidades Lusíada

Paiva, Ana Maria Lourenço
Carvalho, José Eduardo dos Santos Soares, 1939-
Gonçalves, Rui Manuel Lanção, 1973-

Dinâmica do emprego, remuneração e produtividade na economia do consumo (DERPEC) : 2011/2012

<http://hdl.handle.net/11067/1370>

Metadados

Data de Publicação	2014
Resumo	O estudo DERPEC – Dinâmica do Emprego, Remuneração e Produtividade na Economia do Consumo visa a criação e manutenção de um sistema de informação da performance da população empregada no universo das maiores empresas do tecido económico português, com relevância dos sectores ligados, directa ou indirectamente, à economia do consumo. A produtividade e o desempenho das organizações empresariais são cada vez mais influenciados pela performance das pessoas que nelas trabalham, ou seja, pelas competê...
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCEE] LEE, n. 18 (2014)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:38:15Z com informação proveniente do Repositório

**DINÂMICA DO EMPREGO, REMUNERAÇÃO E
PRODUTIVIDADE NA ECONOMIA DO CONSUMO
(DERPEC) - 2011/2012**

Projecto de Investigação

SISEPE - Sistema de Informação Socio-Económico da População Empregada

Grupo de Investigação

Mudanças Económicas e Sociais: Organizações e Sustentabilidade

Centro de Investigação

CEPESE -Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Ana Lourenço Paiva

Universidade Aberta

José Eduardo Carvalho

(Coordenador do Projecto)

Universidade Lusíada de Lisboa

Rui Lanção Gonçalves

Universidade Lusíada de Lisboa

(Doutorando em Economia)

Resumo: O estudo DERPEC - Dinâmica do Emprego, Remuneração e Produtividade na Economia do Consumo visa a criação e manutenção de um sistema de informação da performance da população empregada no universo das maiores empresas do tecido económico português, com relevância dos sectores ligados, directa ou indirectamente, à economia do consumo. A produtividade e o desempenho das organizações empresariais são cada vez mais influenciados pela performance das pessoas que nelas trabalham, ou seja, pelas competências, motivação, esforço do factor humano. Reveste-se assim de muita relevância para as organizações a disponibilidade, sistemática e contínua, de informação económica do emprego, remuneração e produtividade no tecido empresarial.

Palavras-chave: consumo; produtividade; emprego; salários.

Abstract: The study DERPEC - Dynamics of Employment, Compensation and Productivity in Consumer Economics aims at creating and maintaining an information system performance of the employed population in the universe of the largest companies in the portuguese economic fabric of relevance related sectors directly or indirectly, the economy of consumption. Productivity and performance of business organizations are increasingly influenced by the performance of the people working in them, ie, the skills, motivation, stress the human factor. Is coated so much relevance for organizations to availability, systematic and continuous economic information employment, compensation and productivity in business sector.

Key-words: consumption; productivity; employment; wages.

1. Âmbito do Estudo

O Estudo DERPEC – Dinâmica do Emprego, Remuneração e Produtividade na Economia do Consumo está inserido nos trabalhos do projecto de investigação SISEPE – Sistema de Informação Sócio-Económico da População Empregada, enquadrado no grupo de investigação Economics and Social Development Organizations and Markets Sustainability, no âmbito das actividades desenvolvidas pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, instituição de vocação interuniversitária consagrada à actividade científica, acreditada e apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Este estudo visa a criação e manutenção de um sistema de informação da performance da população empregada no universo das maiores empresas do tecido económico português, com relevância dos sectores ligados, directa ou indirectamente, à economia do consumo. A produtividade e o desempenho das organizações empresariais são cada vez mais influenciados pela performance das pessoas que nelas trabalham, ou seja, pelas competências, motivação, esforço do factor humano. Reveste-se assim de muita relevância para as organizações a disponibilidade, sistemática e contínua, de informação económica do emprego, remuneração e produtividade no tecido empresarial.

2. Enquadramento macroeconómico

A evolução da economia portuguesa em 2012, com base na análise do Relatório do Banco de Portugal, revelou, na linha do comportamento observado em 2011, uma nítida contracção nas componentes macroeconómicas do consumo, emprego, remuneração do trabalho e nos parâmetros da produtividade.

O ano de 2012 foi marcado por uma redução do PIB de 3.2 por cento, após uma queda de 1.6 por cento em 2011. Para esta evolução contribuíram todas as componentes da procura interna a qual, no seu conjunto, caiu 6.8 por cento. Vários factores concorrem para a evolução marcadamente desfavorável da actividade económica, sobretudo a prossecução do processo de ajustamento da economia portuguesa tem condicionado muito fortemente a dinâmica da procura interna, quer por via da redução do rendimento disponível quer pela deterioração dos níveis de confiança.

2.1 Consumo

A contracção da actividade económica foi transversal a todos os sectores, com destaque para os mais dependentes da procura interna, designadamente o consumo.

O consumo privado registou em 2012 uma contracção de 5.6 por cento (depois de uma queda de 3.8 por cento em 2011), num contexto de ajustamento dos níveis de despesa e endividamento das famílias.

A contracção do consumo privado esteve associada a uma forte redução do rendimento disponível das famílias, a uma deterioração acentuada das condições no mercado de trabalho, à prevalência de condições de financiamento restritivas e a uma elevada incerteza sobre a natureza das medidas adicionais a adoptar e ao grau de ajustamento do desequilíbrio orçamental. Esta evolução traduz a suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, bem como a queda do emprego conjugada com a moderação salarial no sector privado.

A diminuição do consumo corrente incidiu fundamentalmente sobre a componente não alimentar, tendo a componente alimentar registado uma virtual estabilização desde 2010, explicada pela menor elasticidade da despesa em bens essenciais face à evolução do rendimento.

2.2 Emprego

Reflectindo a evolução da actividade económica, o mercado de trabalho registou uma significativa deterioração em 2012. O emprego na economia portuguesa reduziu-se 4.2 por cento e a taxa de desemprego ascendeu a 15.7 por cento, o que representa uma subida de 3 p.p. face ao ano anterior.

A deterioração das condições no mercado de trabalho é um dos efeitos mais gravosos do processo de ajustamento da economia portuguesa, traduzindo-se numa elevada quebra acumulada do nível de emprego, na continuação do aumento estrutural da taxa de desemprego e numa diminuição da população activa.

O desemprego de longa duração (mais de 12 meses) situou-se em 54.1 do desemprego total, valor marcadamente mais elevado do que o observado em média na década passada. A subida da taxa de desemprego estrutural é visível desde 2000 e é um dos elementos mais marcantes e gravosos da evolução da economia portuguesa, revelando disfuncionalidades na capacidade de ajustamento do mercado de trabalho.

2.3 Remuneração do trabalho

A evolução do mercado de trabalho reflectiu-se em 2012 numa diminuição dos salários reais no sector privado em termos agregados, observando-se também uma significativa recomposição decorrente da forte destruição de empregos com

salários mais baixos.

A evolução das remunerações reais no sector privado foi bastante negativa em 2012, registando uma queda de 2.2 por cento, num quadro de aumento continuado da taxa de desemprego.

Em particular, foi visível a elevada rotação de trabalhadores com baixos salários, contribuindo para uma diminuição do salário médio da economia em 2012. De acordo com os dados da Segurança Social, 26.7 por cento dos novos empregos em Outubro de 2012 apresentavam salários inferiores a 500 euros. Adicionalmente, cerca de 24 por cento dos empregos existentes em Outubro de 2011, mas que já não existiam doze meses depois, não ultrapassavam essa remuneração.

Em 2012, os custos unitários do trabalho em Portugal registaram uma queda muito significativa (3.8 por cento), depois da redução de 0.7 por cento observada em 2011, no contexto de uma queda acentuada das remunerações por trabalhador no conjunto da economia

2.4 Produtividade do trabalho

Em 2012, observou-se uma redução do produto per capita de 2.8 por cento, após uma queda de 1.7 por cento no ano anterior. O contributo da produtividade total dos factores para o crescimento do produto per capita foi de -0.3 p.p. em 2012. Vários factores concorreram para a evolução marcadamente desfavorável: a queda de -13,7 por cento no investimento; o contributo negativo de -2,5 por cento do factor trabalho, associado a uma queda da taxa de emprego. A situação conjuga-se com um baixo nível de capital por trabalhador, quando comparado com as economias avançadas, em consonância com o nível relativamente baixo de capital humano da população activa.

Sabe-se que a duração do desemprego tem repercussões importantes na produtividade e na evolução futura do mercado de trabalho na medida em que o afastamento prolongado do emprego tende a provocar uma depreciação acentuada do capital humano e perda de competências pessoais. Observa-se, porém, que os custos com o trabalho tendem a não ser dominantes nos custos totais das empresas. Os custos com o trabalho constituem em média cerca de um terço dos custos operacionais das empresas portuguesas, mas em cerca de um quarto das empresas esse peso é superior a 40 por cento. Os pesos dos diferentes tipos de custos alteram-se para os diversos sectores de actividade e têm diferentes graus de rigidez no curto prazo.

A performance da produtividade foi penalizada pela queda de 2.4 por cento do valor acrescentado bruto (VAB) gerado na economia em 2012. A evolução negativa do VAB foi transversal a todos os sectores de actividade, adensando o quadro desfavorável observado em 2011.

Embora se tenha observado uma contracção da actividade em termos agregados, verificaram-se diferenças significativas ao nível da empresa. Tal como em outras

economias, a distribuição dos níveis de VAB nas empresas portuguesas revela uma significativa dispersão, decorrente de diferenças na dimensão, sector de actividade, tecnologia de produção, para além de factores específicos a cada produtor.

3. Desenvolvimento

3.1 Universo empresarial

O tecido empresarial da economia portuguesa está disseminado por cerca de trezentas mil unidades, maioritariamente sociedades por quotas, às quais acresce uma centena de sociedades com estatuto unipessoal.

O estudo DERPEC tem incidência no universo das 1000 maiores empresas não financeiras - unidades âncora da economia portuguesa - o qual assegura 300 mil milhões de euros, em volume de negócios, e proporciona emprego a 2,4 milhões de trabalhadores.

Na observação, com incidência no biénio 2011/2012, foram incluídas as maiores empresas, com volume de negócios acima dos 25 mil milhões de euros (com dados disponíveis), em nove agregados sectoriais (conglomerados), ligadas às actividades económicas de maior do consumo, totalizando um painel de 100 empresas.

Utilizou-se como base de dados a informação técnica da responsabilidade de IF4 - Processamento de Informações, Lda., publicada anualmente pela revista DN-empresas do "Diário de Notícias". O painel empresarial estudado equivale a cerca de 45 por cento em vendas, 40 por cento do VAB e 30 por cento do emprego do universo das 1000 maiores empresas; uma amostra muito representativa do tecido empresarial da economia portuguesa não financeira.

Quadro 1 - DIMENSÃO EMPRESARIAL DOS CONGLOMERADOS

Conglomerados	Empresas Nº.	Emprego Nº.	Vendas M€	VAB M€	Massa Salarial M€
Bens Grande Consumo	12	68.776	12.014	1.426	1.014
Turismo e Restauração	12	19.956	1.303	414	292
Agro-Alimentar	20	11.220	5.028	663	345
Saúde e Higiene	11	2.696	2.632	215	141
Vestuário e Calçado	8	4.569	482	116	70
Telecomunicações e Multimédia	14	28.579	8.751	3.064	1.000
Transporte Público	8	18.300	4.062	1.437	808
Transporte Particular	8	5.587	3.996	398	174
Combustíveis e Electricidade	7	4.386	19.403	1.336	278
Total	100	164.069	57.633	9.070	4.122

Geograficamente, o painel das 100 empresas estudadas mostra uma forte concentração na região da Grande Lisboa (Fig. 1A). As estruturas das variáveis dimensionais do Quadro 1 estão também representadas nos gráficos B, C, D e E da Fig. 1.

Figura 1A – Repartição geográfica das empresas

Repartição Geográfica das Empresas (2012)

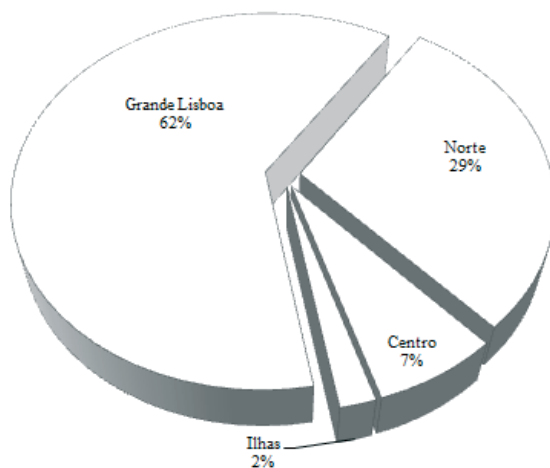


Figura 1B – Emprego

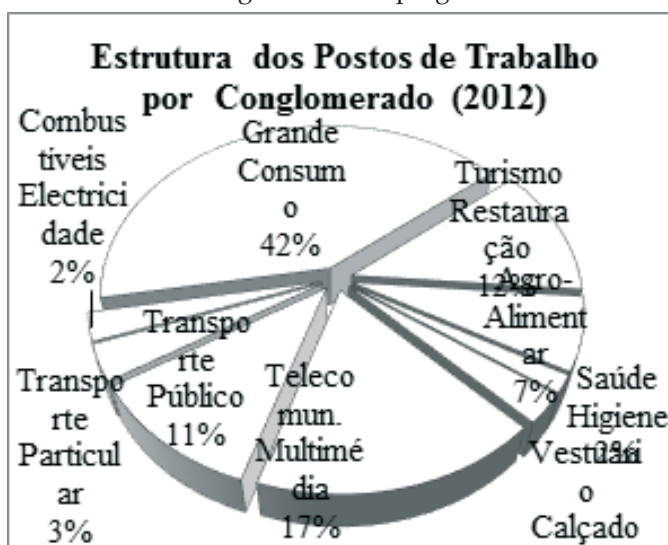


Figura 1C - Massa salarial

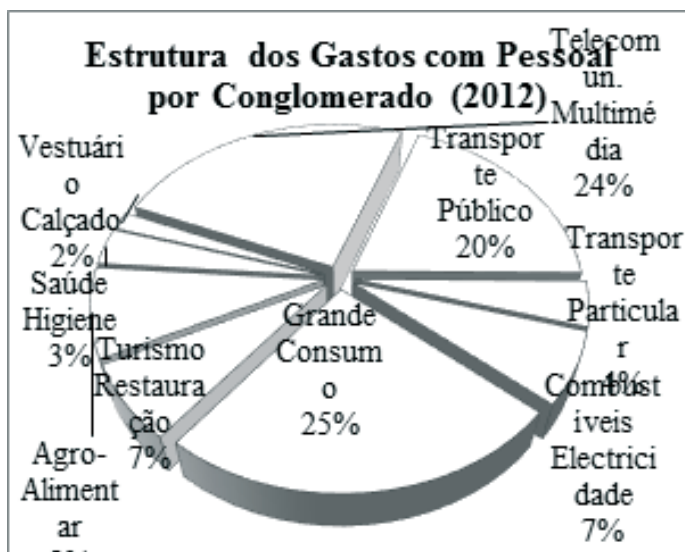


Figura 1D - Vendas

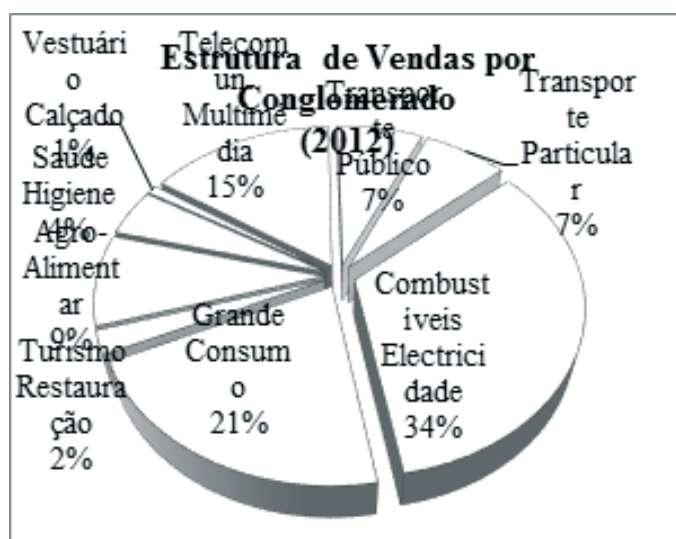
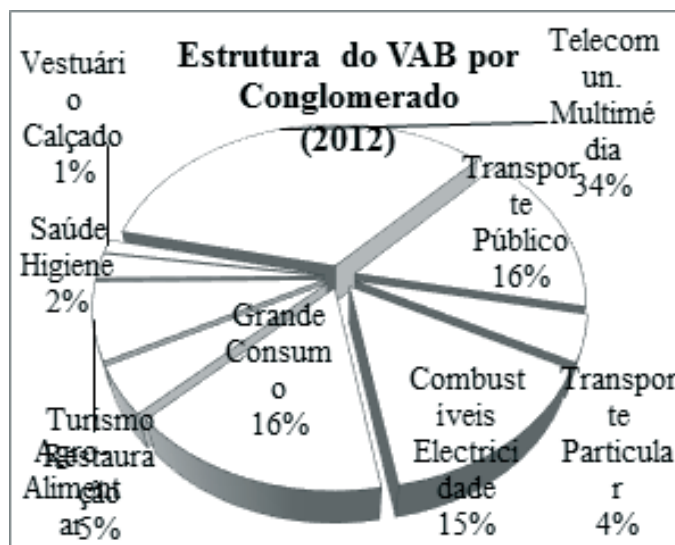


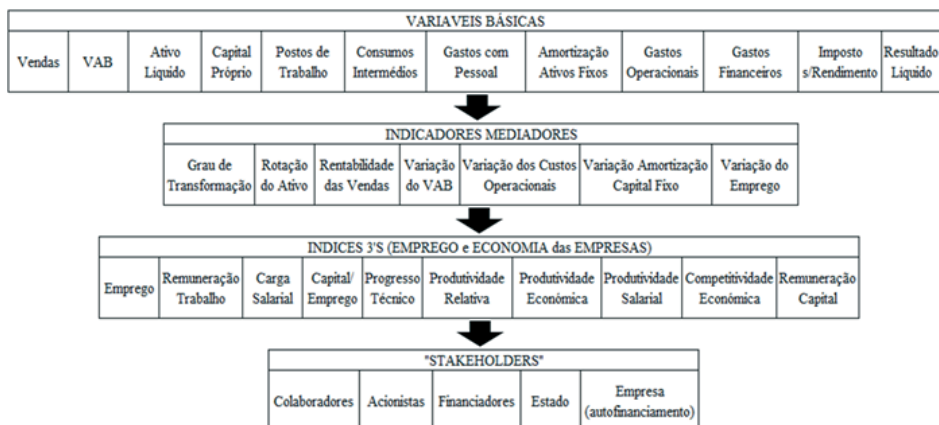
Figura 1E - VAB



3.3 Modelo conceptual

A abordagem metodológica está representada no esquema da Fig. 2, evidenciando as variáveis básicas do modelo, os indicadores mediadores, os resultados dos Índices 3E's - Emprego e Economia das Empresas e o impacto empresarial nos Stakeholders.

Figura 2 - Modelo Conceptual



Os dados económicos e a estrutura dos resultados foram tratados de forma a permitir a comparação no espaço inter-setores (conglomerados sectoriais do sistema económico) e intra-setores (empresas do conglomerado sectorial). Para validar o grau de relacionamento entre os índices 3E's, procedeu-se a análise de correlação de Pearson (r).

Os Índices 3E's estão orientados para a interdisciplinaridade dos factores de performance empresarial, cobrindo duas dimensões da economia empresarial, com 10 parâmetros de resultados:

- Dimensão dos recursos utilizados: emprego, remuneração do trabalho, carga salarial, capital/emprego, progresso técnico;
- Dimensão da performance económica: produtividade relativa, produtividade económica, produtividade salarial, competitividade económica, remuneração do capital.

4. Resultados

4.1 Resultados dos agregados sectoriais – Índices 3E's

Os resultados, traduzidos pelos Índices 3E's, evidenciam a dinâmica do emprego, remuneração e produtividade, no período observado, dos nove conglomerados estudados.

Emprego (T)

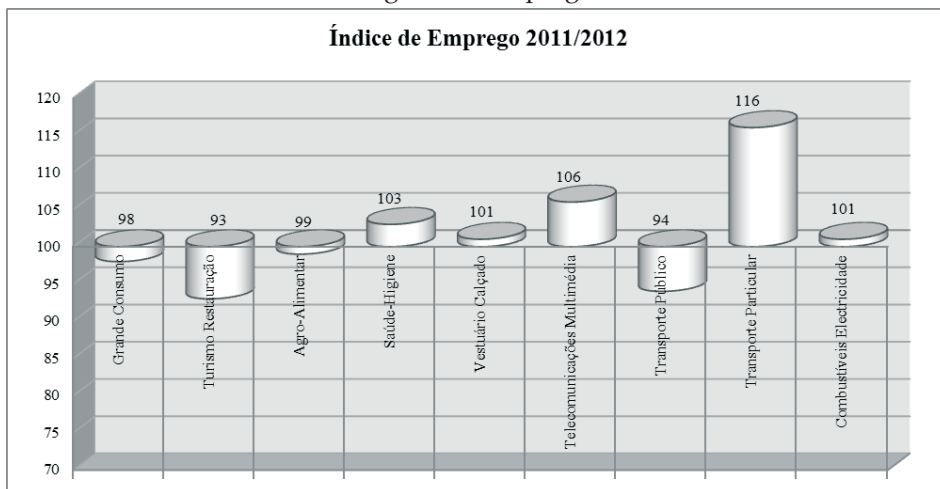
a) Conceito

Este parâmetro avalia a variação do emprego no final do período em referência, na medida em que as entradas de pessoal compensam as saídas ocorridas durante o ano.

b) Análise

O Índice Emprego (T), do painel de empresas estudado, indica um decréscimo de 1 por cento, em termos médios, aquém dos -4,2 por cento registados na economia, no seu todo. Contribuíram positivamente para a menor quebra do emprego, os conglomerados "Transporte Privado" (+16%), "Telecomunicações e Multimédia" (+6%) e "Saúde e Higiene" (+3%). Em contrapartida, a retracção do emprego foi mais acentuada, nos conglomerados "Turismo e Restauração" (-7%) e "Transporte Público" (-6%).

Figura 3 - Emprego



Na análise individualizada à performance das empresas do painel DERPEC, o ranking das Top-Ten 2012 “Emprego” evidencia a posição relevante, nesta dimensão, das actividades ligadas ao conglomerado do “Grande Consumo”.

Empresa	Nº. Trabalhadores	Conglomerado
Pingo Doce	22593	Grande Consumo
Modelo Continente	19496	Grande Consumo
CTT	11921	Telecom. e Multimédia
Auchan Hipermercados	8504	Grande Consumo
TAP	6896	Transporte Público
PT Comunicações	6515	Telecom. e Multimédia
Eurest	4496	Turismo e Restauração
Volkswagen Autoeuropa	3593	Transporte Particular
El Corte Inglés	3354	Grande Consumo
Gertal	3032	Turismo e Restauração

4.1.2 Remuneração do Trabalho

a) Conceito

Este parâmetro avalia a variabilidade da retribuição média anual, por posto de trabalho (T), englobando o vencimento-base, complementos e outros encargos sociais (S).

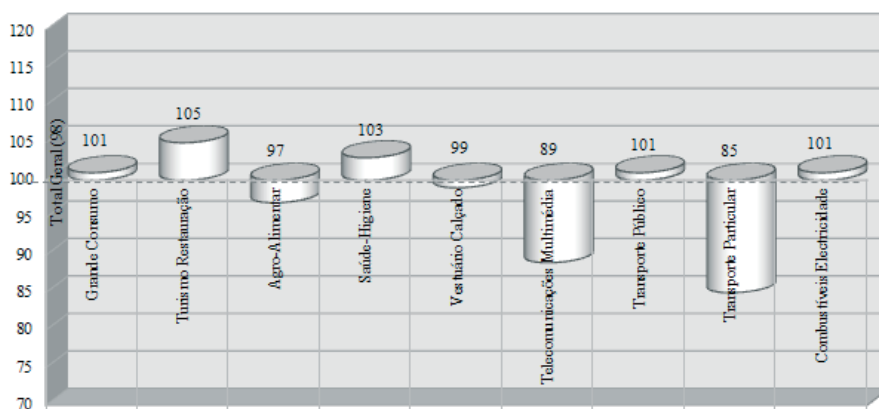
b) Análise

O Índice Remuneração do Trabalho (S/T) indica, em termos médios, uma evolução negativa de -2 por cento, no conjunto do painel. Este comportamento

negativo, calculado em valor nominal, está aproximadamente em linha com a queda de -2,2 por cento das remunerações reais no sector privado da economia em 2012, deflacionado com base nos preços no consumo privado.

O decréscimo das remunerações foi mais acentuado nos conglomerados sectoriais “Transporte Particular” (-15%) e “Telecomunicações e Multimédia” (-11%). Em contrapartida, registaram subidas mais significativas nas remunerações do trabalho os conglomerados “Turismo e Restauração” (+5%) e “Saúde e Higiene” (+3%).

Figura 4 - Remuneração do Trabalho
Índice de Remuneração do Trabalho 2011/2012



Na análise individualizada à performance das empresas do painel DERPEC, o ranking das Top-Ten 2012 “Remuneração do Trabalho” evidencia a posição relevante, nesta dimensão, das actividades ligadas a dois conglomerados: “Saúde e Higiene” e “Combustíveis e Electricidade”.

Empresa	Massa Salarial/Emprego (€)	Conglomerado
BP	245.396	Combustíveis e Electric.
Sanofi Aventis	117.973	Saúde e Higiene
Galp Gás de Portugal	100.900	Combustíveis e Electric.
Tetra Pak	95.176	Saúde e Higiene
Roche	92.279	Saúde e Higiene
Novartis	91.077	Saúde e Higiene
Bayer	83.971	Saúde e Higiene
IBM	78.973	Telecom. e Multimédia
Petrogal	74.519	Combustíveis e Electric.
HP - Hewlett Packard	73.840	Telecom. e Multimédia

4.1.3 Carga salarial (S/VAB)

a) Conceito

Este parâmetro avalia a variabilidade do peso relativo dos gastos com o pessoal (S) no valor acrescentado bruto (VAB). Teoricamente, um coeficiente elevado de S/VAB, traduz uma situação de mão-de-obra intensiva no processo de transformação da actividade económica.

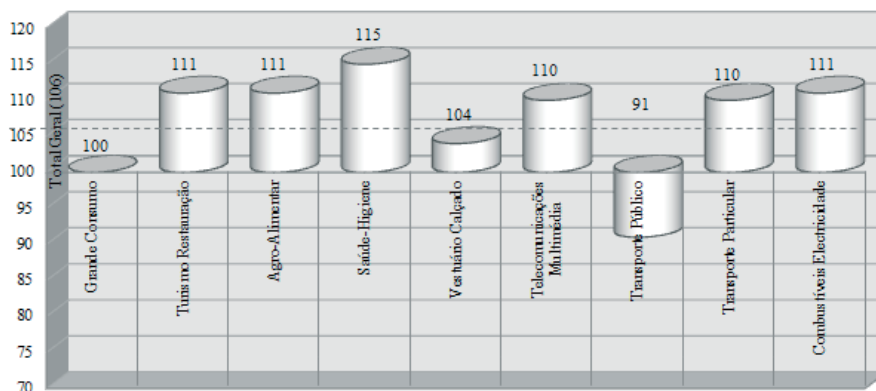
b) Análise

O Índice Carga Salarial (S/VAB) registou um acréscimo de 6 por cento da massa salarial relativamente ao valor acrescentado (VAB), evolução observada em quase todos os conglomerados do painel, com taxas variando na ordem dos 10 e 11 por cento.

O acréscimo do peso relativo dos custos do trabalho no VAB foi relativamente mais acentuado nos conglomerados “Saúde e Higiene” (+15%), “Turismo e Restauração” (11%), “Agro-Alimentar” (11%) e “Combustíveis e Electricidade” (11%). Registou queda no índice o conglomerado “Transporte Público” (-9%).

Figura 5 – Carga Salarial

Índice de Carga Salarial 2011/2012



Na análise individualizada à performance das empresas do painel DERPEC, o ranking das Top-Ten 2012 “Carga Salarial” evidencia a posição relevante, nesta dimensão, das actividades ligadas ao conglomerado “Turismo e Restauração”.

Empresa	Massa Salarial/VAB (%)	Conglomerado
Interaves	91%	Agro-Alimentar
Siemens	90%	Telecom. E Multimédia
Itau	90%	Turismo e Restauração
Novartis	88%	Saúde e Higiene

Renaul	87%	Transporte Particular
Iberusa	87%	Turismo e Restauração
Gertal	87%	Turismo e Restauração
Uniself	84%	Turismo e Restauração
Riopele	84%	Vestuário e Calçado
Viagens Abreu	84%	Turismo e Restauração

4.1.4 Capital/Emprego (I/T)

a) Conceito

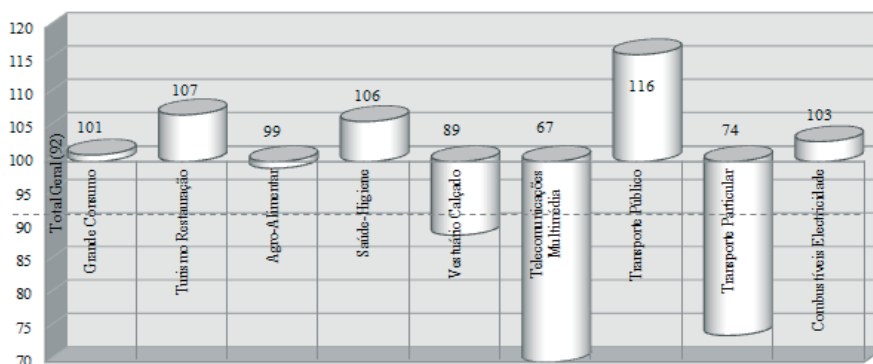
Este parâmetro avalia a variabilidade do capital activo investido (I) por posto de trabalho (T). Teoricamente, um valor elevado de I/T, traduz uma situação de capital intensivo na actividade económica.

b) Análise

O Índice Capital/Emprego (I/T) indica uma variação negativa de -8 por cento na relação entre os dois factores, no conjunto dos conglomerados do painel. Este resultado mostra-se em linha com a evolução negativa do investimento registado na economia portuguesa em 2012 (-13,7%), ainda que menos penalizante.

A evolução positiva do índice foi mais acentuada nos conglomerados “Transporte Público” (+16%), “Turismo e Restauração” (+7%) e “Saúde e Higiene” (+6%). A quebra no índice foi significativa nos conglomerados “Telecomunicações e Multimédia” (-33%) e “Transporte Particular” (-26%).

Figura 6 – Capital/Emprego
Índice de Capital/Emprego 2011/2012



Na análise individualizada à performance das empresas do painel DERPEC, o ranking das Top-Ten 2012 “Capital/Emprego” evidencia a posição relevante, nesta dimensão, das actividades ligadas ao conglomerado “Combustíveis e Electricidade”.

Empresa	Capital/Emprego (M€)	Conglomerado
REN Rede Eléctrica Nac.	6.341	Combustíveis e Electric.
Petrolgal	3.768	Combustíveis e Electric.
BP	3.450	Combustíveis e Electric.
Repsol	3.212	Combustíveis e Electric.
Metro de Lisboa	3.191	Transporte Público
Unilever	2.440	Agro-Alimentar
Cepsa	2.382	Combustíveis e Electric.
PT Comunicações	2.258	Telecom. e Multimédia
ANA	2.133	Transporte Público
ZON TV Cabo	1.923	Telecom. e Multimédia

4.1.5 Progresso técnico

a) Conceito ($\Delta VAB/\Delta A \cdot \Delta T$)

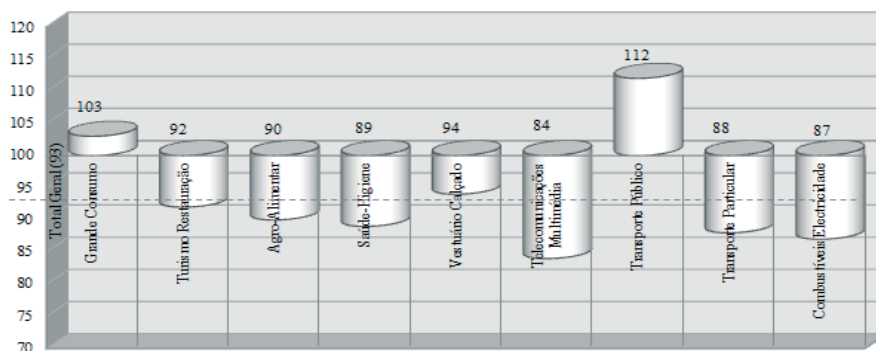
Este parâmetro avalia a contribuição do progresso técnico para a actividade desenvolvida através do incremento do valor acrescentado bruto (VAB) induzido pela qualificação dos factores capital (A) e trabalho (T) incorporados. Corresponde ao indicador da produtividade global dos factores calculado em termos macroeconómicos.

b) Análise

O Índice Progresso Técnico indica uma evolução negativa de -7 por cento, confirmando a quebra da produtividade global dos factores registada na economia portuguesa em 2012.

Registaram valores positivos no indicador os conglomerados “Transporte Público” (+12%) e “Bens de Grande Consumo” (+3%). A quebra mais significativa do indicador foi registada nos conglomerados “Telecomunicações e Multimédia” (-16%), “Combustíveis e Electricidade” (-13%) e “Transporte Particular” (-12%).

Figura 7 - Progresso Técnico
Índice de Progresso Técnico 2011/2012



Na análise individualizada à performance das empresas do painel DERPEC, o ranking das Top-Ten 2012 “Progresso Técnico” evidencia posições dominantes, nesta dimensão, as actividades ligadas aos conglomerados “Vestuário e Calçado”, “Agro-Alimentar”, “Saúde e Higiene” e “Grande Consumo”.

Empresa	Produtividade dos Factores (%)	Conglomerado
Novartis	26%	Saúde e Higiene
Kilon	22%	Agro-Alimentar
Rações Valouro	22%	Agro-Alimentar
Riopele	22%	Vestuário e Calçado
Lameirinho	18%	Vestuário e Calçado
Rádio Popular Electrodom.	14%	Grande Consumo
Continente Hipermercados	11%	Grande Consumo
Tetra Pak	11%	Saúde e Higiene
Gertal	10%	Turismo e Restauração
Gabor	8%	Vestuário e Calçado

4.1.6 Produtividade relativa

a) Conceito (V/CI)

Este parâmetro avalia o efeito da variabilidade do output/input da actividade desenvolvida, expresso na relação entre as métricas vendas (V) e consumos intermédios (CI).

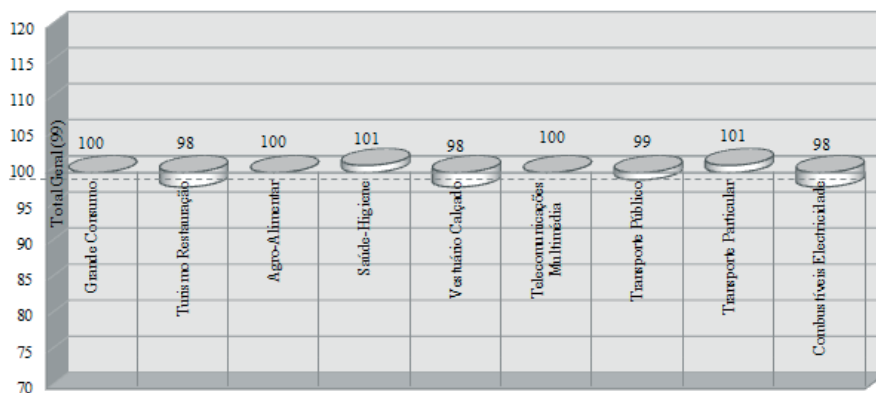
b) Análise

O Índice Produtividade Relativa (V/CI) indica uma situação praticamente estacionária em todos os conglomerados, na relação do volume de negócios com os consumos intermédios incorporados, traduzida numa quebra ligeira de -1 por cento, em termos médios.

Este comportamento indicia uma quebra na capacidade das empresas para criarem riqueza, isto é, menos valor acrescentado nas respectivas actividades, o que se mostra em linha com a quebra de -2,4 por cento no VAB da economia portuguesa em 2012.

A evolução positiva de 1 por cento foi registada em apenas dois dos conglomerados, “Saúde e Higiene” e “Transporte Particular”. Valores negativos de -2 por cento foram registados nos conglomerados “Turismo e Restauração”, “Vestuário e Calçado” e “Combustíveis e Electricidade”.

Figura 8 - Produtividade Relativa
Índice de Produtividade Relativa 2011/2012



Na análise individualizada à performance das empresas do painel DERPEC, o ranking das Top-Ten 2012 “Produtividade Relativa” evidencia posições dominantes, nesta dimensão, as actividades ligadas aos conglomerados “Turismo e Restauração”, Transporte Público” e “Telecomunicações e Multimédia”.

Empresa	Vendas/Consumos Intermediários (%)	Conglomerado
Estoril-Sol	6,6	Turismo e Restauração
Varzim-Sol	5,7	Turismo e Restauração
Solverde	5,2	Turismo e Restauração
Refer	4,6	Transporte Público
Carris	3,6	Transporte Público
Metro	3,5	Transporte Público
CTT	3,3	Telecom. e Multimédia
ANA	2,3	Transporte Público
PT Comunicações	2,1	Telecom. e Multimédia
TMN	2,0	Telecom. e Multimédia

4.1.7 Produtividade económica (VAB/T)

a) Conceito

Este parâmetro avalia o efeito da performance da produtividade relacionada com a capacidade do factor humano para acrescentar valor (VAB) com a quantidade/qualidade de trabalho incorporado (T)

b) Análise

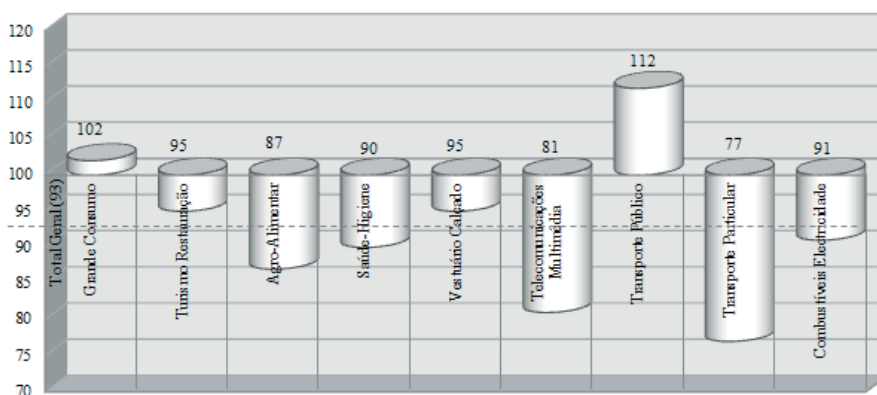
O Índice Produtividade Económica (VAB/T) indica, em termos médios,

uma evolução negativa de -7 por cento, acima da quebra do produto per capita de -2,8 por cento registado na economia portuguesa em 2012.

Contribuíram negativamente, de forma mais acentuada, para a evolução observada os conglomerados “Transporte Particular” (-23%), Telecomunicações e Multimédia” (-19%) e “Agro-Alimentar” (-13%). Regista-se como excepção à generalidade dos sectores o comportamento positivo, neste indicador, dos conglomerados “Transporte Público” (+12%), “Bens de Grande Consumo” (+2%).

Figura 9 – Produtividade Económica

Índice de Produtividade Económica 2011/2012



Na análise individualizada à performance das empresas do painel DERPEC, o ranking das Top-Ten 2012 “Produtividade Económica” evidencia a posição relevante, nesta dimensão, das actividades ligadas ao conglomerado “Telecomunicações e Multimédia”.

Empresa	VAB/Emprego (€)	Conglomerado
ZON TV Cabo	390.628	Telecom. e Multimédia
Vodafone	329.796	Telecom. e Multimédia
TMN	306.106	Telecom. e Multimédia
BMW	297.600	Transporte Particular
Repsol	293.729	Combustíveis e Electric.
Sovena	215.765	Agro-Alimentar
Petrolgal	209.757	Combustíveis e Electric.
Optimus	208.256	Telecom. e Multimédia
ANA	194.745	Transporte Público
Tetra Pak	180.111	Saúde e Higiene

4.1.8 Produtividade salarial (VAB/S)

a) Conceito

Este parâmetro avalia o grau de libertação de valor acrescentado bruto (VAB) para remunerar os factores de capital (dividendos, juros, impostos, amortização de activos), após assegurada a remuneração do factor trabalho (S).

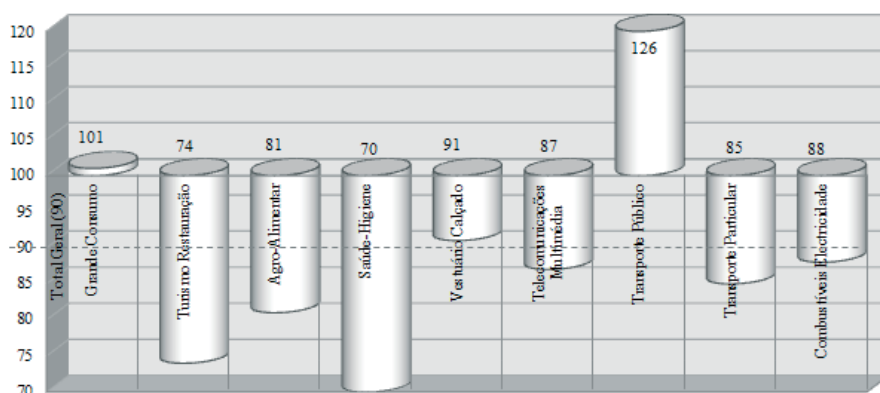
b) Análise

O Índice Produtividade Salarial (VAB/S) indica um decréscimo de -10 por cento. Esta performance evidencia uma quebra no valor acrescentado para remunerar os factores de capital, relativamente à remuneração do factor trabalho.

O decréscimo registado foi significativamente mais acentuado nos conglomerados “Saúde e Higiene” (-30%), “Turismo e Restauração” (-26%) e “Agro-Alimentar” (-19%). Evolução positiva foi registada no aglomerado “Transporte Público” (26%).

Figura 10 – Produtividade Salarial

Índice de Produtividade Salarial 2011/2012



Na análise individualizada à performance das empresas do painel DERPEC, o ranking das Top-Ten 2012 “Produtividade Salarial” evidencia a posição relevante, nesta dimensão, das actividades ligadas ao conglomerado “Telecomunicações e Multimédia”.

Empresa	VAB/Massa Salarial (%)	Conglomerado
ZON TV Cabo	733%	Telecom. e Multimédia
TMN	636%	Telecom. e Multimédia
BMW	513%	Transporte Particular
Vodafone	452%	Telecom. e Multimédia
Optimus	397%	Telecom. e Multimédia

Repsol	361%	Combustíveis e Electric.
JP Sá Couto	321%	Telecom. e Multimédia
ANA	290%	Transporte Público
PT Comunicações	253%	Telecom. e Multimédia
Cepsa	245%	Combustíveis e Electric.

4.1.9 Competitividade económica ($\Delta VAB/T$)/($\Delta GO/T$)

a) Conceito

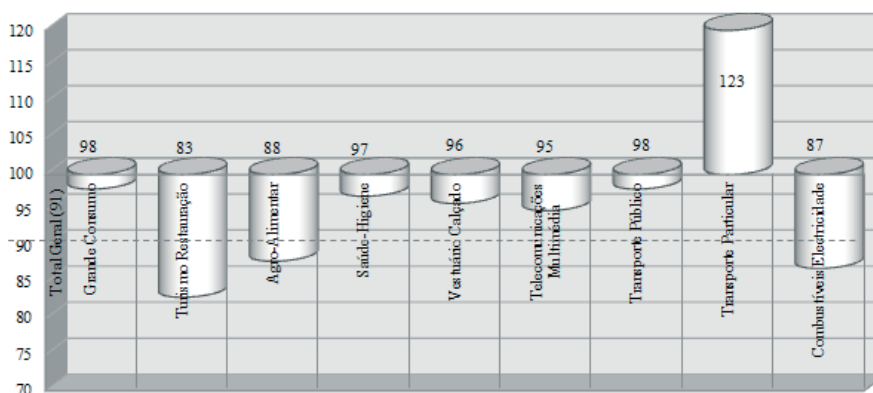
Este parâmetro avalia a competitividade da empresa, do ponto de vista económico, directamente associada à performance da produtividade, como factor redutor do crescimento dos gastos operacionais. Os gastos operacionais explicam os inputs externos (consumos intermédios) e internos (salários e amortizações técnicas) utilizados na exploração. O objectivo da empresa é elevar a taxa de produtividade (VAB/T) acima do nível da taxa de crescimento dos gastos operacionais “per capita” (GO/T), situação em que a competitividade se revela positiva.

b) Análise

O Índice Competitividade Económica ($\Delta VAB/T$)/($\Delta GO/T$) revelou-se bastante penalizante entre os Índices 3E’s, com valores negativos em praticamente todos os conglomerados, registando, em termos médios, uma quebra de -9 por cento. Este resultado evidencia que a produtividade do trabalho não teve efeito redutor sobre a evolução dos gastos operacionais per capita.

As performances mais negativas foram registadas nos conglomerados “Turismo e Restauração” (-17%), “Combustíveis e Electricidade” (-13%) e “Agro-Alimentar” (-12%). Evolução positiva foi registada no conglomerado “Transporte Particular” (+23%).

Figura 11 - Competitividade Económica
Índice de Competitividade Económica 2011/2012



Na análise individualizada à performance das empresas do painel DERPEC, o ranking das Top-Ten 2012 “Competitividade Económica” sobressai nesta dimensão, em termos relativos, nas actividades ligadas ao conglomerado “Telecomunicações e Multimédia”.

Empresa	Δ (Produtividade/Gastos Operacionais) (%)	Conglomerado
Petratex	36,8%	Vestuário e Calçado
Siemens	28,2%	Telecom. e Multimédia
Rações Valouro	22,2%	Agro-Alimentar
Itau	21,2%	Turismo e Restauração
Novartis	20,4%	Saúde e Higiene
Lusiaves	19,4%	Agro-Alimentar
SATA	19,8%	Transporte Público
Gabor	19,1%	Vestuário e Calçado
Optimus	13,8%	Telecom. e Multimédia
ZON TV Cabo	13,6%	Telecom. e Multimédia

4.1.10 Remuneração do Capital (RL/C)

a) Conceito

Este parâmetro avalia a taxa de remuneração do capital próprio (C), em função do resultado líquido apurado no período (RL)

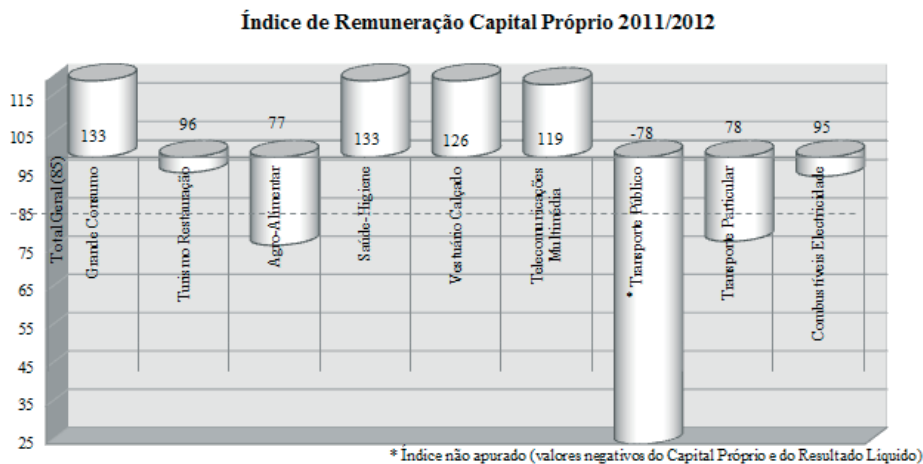
b) Análise

O Índice Remuneração do Capital (RL/C) registou uma quebra muito acentuada, com significativa desproporção intersectorial, com desvios significativos em relação ao valor médio do índice (-15%).

Os valores positivos mais elevado neste índice foram observados nos conglomerado “Bens de Grande Consumo” (+33%), “Saúde e Higiene” (33%) e “Vestuário e Calçado” (26%).

Os valores mais penalizantes observados indiciam que os acréscimos de valor gerados nas actividades não evoluíram de forma a permitir uma maior rentabilidade dos capitais próprios das empresas. Essa situação foi mais acentuada nos conglomerados “Agro-Alimentar” (-23%), “Transporte Público” (-22%) e “Transporte Particular” (-22%).

Figura 12 – Remuneração do Capital



Na análise individualizada à performance das empresas do painel DERPEC, o ranking das Top-Ten 2012 “Remuneração do Capital” evidencia a posição relevante, nesta dimensão, das actividades ligadas aos conglomerados “Telecomunicações e Multimédia” e “Vestuário e Calçado”.

Empresa	Resultado Líquido/Capital Próprio (%)	Conglomerado
Irmãos Vila Nova	51,6%	Vestuário e Calçado
Recheio	49,8%	Grande Consumo
IBM	43,6%	Telecom. e Multimédia
BP	38,9%	Combustíveis e Electric.
Vodafone	36,2%	Telecom. e Multimédia
JP Sá Couto	33,9%	Telecom. e Multimédia
ITA - Ind. Têxtil do Ave	33,5%	Vestuário e Calçado
ITAU	24,2%	Turismo e Restauração
Munditêxtil	22,9%	Vestuário e Calçado
Gabor	21,9%	Vestuário e Calçado

4.2 Ligação da remuneração do trabalho à produtividade

a) Conceito

O grau de sensibilidade dos salários está, geralmente, associado ao comportamento de múltiplos factores, designadamente, à taxa de desemprego, aos preços no mercado e à produtividade do trabalho.

Na ligação da remuneração à produtividade, é importante complementar a medida da produtividade económica (VAB/T) com a medida da produtividade

salarial - produto por unidade de salário (VAB/S). A combinação das duas medidas de produtividade permite evidenciar, de forma muito nítida, a relação de causalidade entre as suas performances com o nível da remuneração média do trabalho (S/T), traduzida na equação salarial:

$$\frac{VAB}{T} / \frac{VAB}{S} = \frac{S}{T}$$

com: VAB = Valor Acrescentado Bruto

S = Custos com o Pessoal

T = Trabalhadores (n.º)

A vantagem desta abordagem metodológica é mostrar de forma evidente que as vantagens competitivas não se obtêm pela via dos salários baixos, mas com salários que estejam em equilíbrio com os níveis de performance da produtividade económica combinada com a produtividade salarial.

b) Análise

O gráfico, da Fig. 13, representa um sistema de coordenadas, assinalando a relação entre a produtividade económica (eixo da abcissa) e a produtividade salarial (eixo da ordenada). A posição de cada ponto, com a ordenada VAB/S=1, define automaticamente, no eixo das abcissas, a remuneração média de cada aglomerado sectorial. A horizontal de ordenada VAB/S=1 corresponde ao limite mínimo que este indicador deve atingir: situação dificilmente concebível em que VAB=S, isto é, todo o valor acrescentado seria destinado à remuneração do pessoal, não ficando qualquer parcela disponível para a empresa aplicar em amortizações, juros, impostos e lucros passíveis de ulterior investimento.

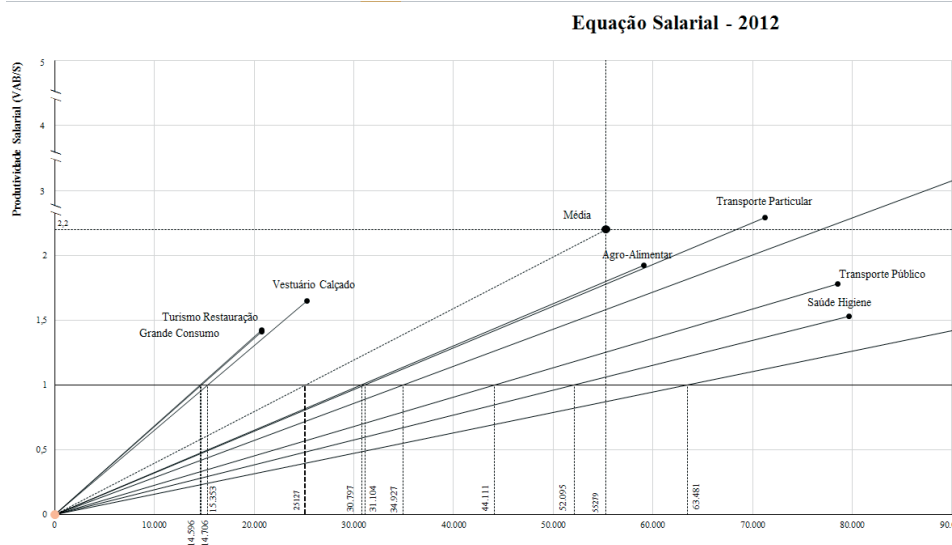
O gráfico da equação salarial mostra três zonas distintas na remuneração do trabalho (S/T) em função da produtividade económica (VAB/T) e da produtividade salarial (VAB/S):

- Uma primeira zona de baixos salários, associados a performances, igualmente baixas, quer da produtividade económica quer da produtividade salarial. Posicionam-se nesta equação os conglomerados correspondentes aos sectores “Turismo e Restauração” (14.639€), “Grande Consumo” (14.743€) e “Vestuário e Calçado” (15.399€);
- Uma segunda zona, com performances mais elevadas nas duas métricas de produtividade, permitindo remunerações do trabalho também mais elevadas e, simultaneamente, libertação de valor acrescentado para remunerar melhor os factores de capital. Posicionam-se nesta equação os conglomerados “Combustíveis e Electricidade” (63.444€), “Saúde e Higiene” (52.227€) e “Transporte Público” (44.127€), este último com remunerações do trabalho sobredimensionadas em relação às

performances da produtividade.

- Uma zona intermédia e, conseqüentemente, com valores mais próximos da média geral dos aglomerados estudados (25.121€), onde se posicionam os sectores “Agro-Alimentar” (30.753€), “Telecomunicações e Multimédia” (34.982€) e “Transporte Particular” (31.109€).

Figura 13 - Equação Salarial



4.3 Impacto nos Stakeholders

a) Conceito

O estudo DERPERC avalia o impacto da actividade empresarial, na repartição da riqueza criada (valor acrescentado) pelos stakeholders: colaboradores, accionistas, financiadores, Estado e empresa (reservas de autofinanciamento).

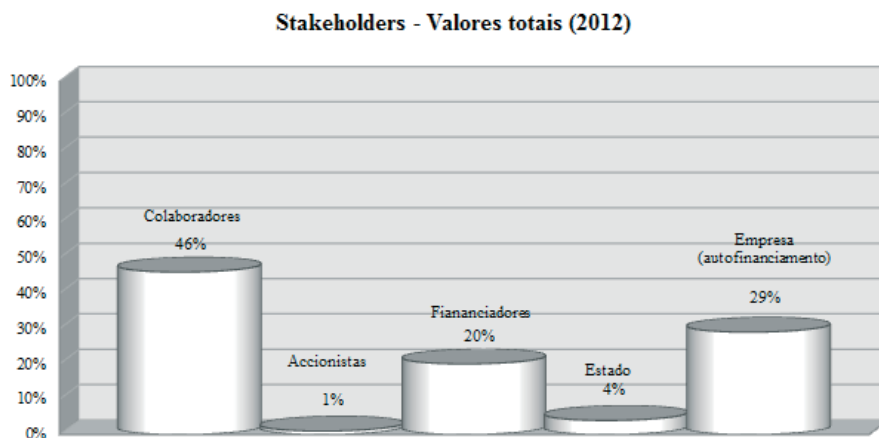
A importância e respeito pelos vários grupos interessados na empresa, corresponde ao conceito accountability (do latim ad + computare), isto é, o propósito de “*prestar contas*”. Parte-se da premissa de que o sucesso de uma empresa está directamente relacionada com a participação dos seus *stakeholders*, pelo que é necessário assegurar que os seus anseios e necessidades sejam conhecidos e considerados pela organização. Conseqüentemente, se a performance da empresa depende da que resulta das suas partes, um dos aspectos importantes consiste em conhecer a forma como estas interagem com as outras partes e afectam a performance global.

b) Análise

O gráfico da Fig. 14 mostra a estrutura da repartição do VAB para o

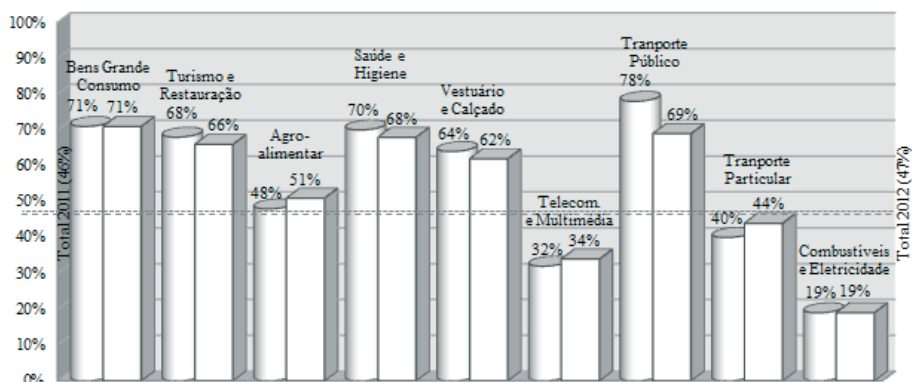
conjunto dos nove conglomerados. É evidente a maior quota-parte da riqueza criada entregue aos “Colaboradores” (47 por cento) e aos “Financiadores” (20 por cento), relativamente aos restantes *stakeholders*. Esta repartição do valor gerado na actividade das empresas indicia uma alavancagem financeira a favor dos recursos de terceiros (despesas com recursos humanos e com recursos de capital alheio), em contraponto à remuneração do capital próprio, confirmando a situação penalizante expressa na análise anterior dos índices 3E’s.

Figura 14 - Impacto nos Stakeholders / Repartição do VAB



Com referência ao posicionamento dos “Colaboradores” pelos aglomerados (Fig. 15), sobressaem, em relação aos restantes, os sectores “Bens de Grande Consumo” (71%), “Turismo e Restauração” (70%), “Saúde e Higiene” (69%) e “Transporte Público” (69%), os quais recolhem, cada um à sua parte, mais de 2/3 da riqueza gerada nas respectivas actividades. A situação é particularmente ambígua no sector “Transporte Público”, com o stakeholder “Accionista” penalizado com resultados líquidos sistematicamente negativos, não beneficiando, portanto, de qualquer quota do valor acrescentado.

Figura 15 – Stakeholder “Colaboradores”
Stakeholder - Colaboradores (2011/2012)



5. Conclusões

5.1 Performance dos conglomerados

A dinâmica do emprego, remuneração e produtividade do trabalho, traduzida pelos Índices 3E's, mostra performances diferenciadas, quer entre os conglomerados estudados, quer entre as empresas que integram cada conglomerado. Facto que se explica, em parte, pela heterogeneidade dos subsistemas económicos, do valor dos seus parâmetros, do grau de intensidade tecnológica versus intensidade de mão-de-obra, com reflexo, designadamente, nos indicadores de produtividade das empresas.

- Grande Consumo

As empresas que integram este conglomerado asseguram a maior quota do emprego (42 por cento), no conjunto do painel estudado. Os custos do trabalho no valor acrescentado representam também a percentagem mais significativa neste agrupamento (71 por cento), ainda que em termos de remuneração do trabalho corresponda apenas a cerca de 59 por cento da média registada no conjunto das empresas do painel. A produtividade económica registou um acréscimo de 2 por cento, mas mantém uma posição relativamente reduzida (40 por cento) face à média do conjunto das restantes actividades.

- Turismo e Restauração

Este conglomerado registou uma quebra no emprego de -7 por cento, reduzindo a sua quota no conjunto do painel empresarial para 12 por cento. A remuneração do trabalho evoluiu positivamente, em mais 5 por cento, mas continua a situar-se muito abaixo da média registada nos restantes subsectores

(58 por cento). A produtividade económica teve uma quebra de 5 por cento, agravando a sua posição neste indicador, face ao conjunto dos conglomerados do painel (40 por cento).

- Agro-Alimentar

O índice do emprego, neste conglomerado, manteve-se constante no período observado, representando cerca de 7 por cento do painel. Regista uma remuneração do trabalho superior em mais de 20 por cento à média praticada no conjunto de todos os sectores económicos estudados. A carga salarial (Gastos de Pessoal/VAB) registou um acréscimo de 11 por cento, contra uma quebra de 13 por cento na produtividade do trabalho.

- Saúde e Higiene

Este conglomerado aumentou, em 3 por cento, quer o emprego quer a remuneração do trabalho. As empresas deste agrupamento remuneram o trabalho 100 por cento acima da média do painel no seu conjunto. A produtividade económica é também superior em 50 por cento da média geral.

- Vestuário e Calçado

Este aglomerado manteve-se constante quer na evolução do emprego quer da remuneração do trabalho. Os índices associados à produtividade e à remuneração salarial registam valores, significativamente, abaixo da média observada, respectivamente, 48 e 61 por cento do conjunto do painel.

- Telecomunicações e Multimédia

Com a segunda posição na quota do emprego do painel (17 por cento), este conglomerado proporcionou mais 6 por cento na criação dos postos de trabalho. Em contrapartida, a remuneração do trabalho sofreu uma queda de 11 por cento, acompanhando o decréscimo registado no índice de produtividade em cerca de -19 por cento. Registe-se, no entanto, que as empresas deste grupo de negócio remuneram o trabalho 40 por cento acima da média do conjunto do painel.

- Transporte Público

O índice do emprego, neste conglomerado, registou uma queda de 6 por cento, com reflexos na carga salarial (Gastos de Pessoal/VAB) que reduziu em 9 por cento. Não obstante os resultados deficitários que sistematicamente registam, ano após ano, as empresas públicas de transportes praticam remunerações do trabalho superiores em cerca de 75 por cento da média geral do painel.

- Transporte Particular

Este conglomerado contribuiu positivamente para o acréscimo do emprego com uma taxa de 16 por cento. Em contrapartida, a remuneração do trabalho registou uma quebra de 15 por cento, eventualmente, penalizada pela

performance da produtividade económica que caiu em 23 por cento, no período observado. Todavia, as empresas deste agrupamento mantêm remunerações do trabalho cerca de 25 por cento acima da média praticada pelos restantes sectores.

- Combustíveis e Electricidade

A dinâmica do emprego e da remuneração do trabalho mostrou-se praticamente estacionária neste conglomerado, com ligeiro acréscimo de 1 por cento em ambos os indicadores. Este agrupamento empresarial regista os valores mais elevados nas remunerações do trabalho, em mais 150 por cento, relativamente à média praticada nos restantes conglomerados. Observe-se, no entanto, que a massa salarial nestas actividades tem um peso relativo, no valor acrescentado, de apenas 20 por cento.

5.2 Impacto nos Stakeholders

A estrutura da repartição do VAB para o conjunto dos nove conglomerados, continua a evidenciar a quota-parte dominante da riqueza entregue aos “Colaboradores” (46 por cento, em termos médios), relativamente aos restantes stakeholders, com os sectores “Grande Consumo” (71%) e “Transporte Público” (69%), recolhendo mais de 2/3 da riqueza gerada nas respectivas actividades.

Em contrapartida, a quota de valor acrescentado afecta ao stakeholder “Financiadores” (20 por cento), indicia uma alavancagem financeira a favor dos recursos de terceiros (despesas com a utilização de capital alheio), em contraponto à remuneração do capital próprio.

5.3 Asserções subjacentes aos resultados

O estudo DERPEC da economia portuguesa, como instrumento heurístico de produção de evidências relativas à dinâmica do emprego, remuneração e produtividade em Portugal, vem, reportado ao ano de 2012, corroborar as principais conclusões sociológicas, obtidas nos últimos anos, acerca da evolução do trabalho e dos mercados de trabalho em Portugal e na Europa.

Se por um lado os números apontam para a contracção geral da economia, directamente dependente da situação de crise financeira, há aspectos muito particulares que parecem revelar alterações estruturais que se desenrolam apesar dela e parecem constituir tendências estruturantes e de mais longo prazo, ou seja, linhas de evolução a longo prazo, mais do que fenómenos conjunturais.

a) Reconfiguração na tipologia do trabalho

Os números conhecidos estão em sintonia com a já evidenciada recomposição da estrutura social e profissional da população a que temos vindo a assistir nos últimos anos, com as transformações nas tipologias de trabalho (De

Bandt e Gadrey, 1994:337; Coriat, 1992:182) e as ideias do “fim do trabalho”, ou melhor, alteração da importância relativa do trabalho na vida dos indivíduos e das sociedades (Cours-Salies,1999; Grint, 2001, Schnapper,1998).

De facto, de acordo com Coriat (1992) a sociedade contemporânea está a gerar uma nova tipologia de trabalho e de trabalhadores, que já se fazem sentir ao nível das deslocações e reclassificações profissionais e das reorganizações gerais dos modelos de trabalho. Assim as tarefas mais simples e rotineiras têm vindo a ser facilmente substituídas por recursos tecnológicos e uma parte substancial das tarefas passou a ser de tipo informacional, ou seja, consiste em programação, regulação, vigilância e manutenção de sistemas, num processo de desmaterialização de muitas tarefas. Tal processo permite a redução dos efectivos necessários, mas implica a necessidade de maiores competências administrativas e organizacionais por parte de alguns trabalhadores.

Assim, o reajustamento e evolução das necessidades de organização do trabalho, está na base, quer dos processos de revalorização/ascensão de algumas categorias profissionais ligadas a este novo trabalho “abstracto”, quer da desqualificação de outras, com consequências ao nível das novas categorias salariais e das hierarquias sociais. É o que se tem vindo a verificar com os “operários especializados” e as profissões técnicas de formação rápida, substituídas pelas competências de novos licenciados com capacidades mais complexas e equipados com habilidades informacionais. Estes, através do comando e supervisão informática, acumulam tarefas que antes eram desempenhadas por operários especializados e chefias intermédias, num movimento que aproxima competências técnicas de produção/fabricação e dá origem a dois fenómenos novos: desemprego e emergência de novos perfis socioprofissionais.

Surgem assim as categorias de “operário marginalizado, responsável pelas tarefas directas não suprimidas; operário-detector, reduzido a vigilante ou “detector humano” e operário trivializado, responsável por manipulações simples, catalogadas e classificadas” (Santos, 2004:28). Surgem, também, as categorias resultantes de uma valorização dos mais habilitados, tais como, “o operário-fabricante, articulador das tarefas «directas» e «indirectas», polivalente e engajado dentro de um espaço de «contrato» na fabricação; o operário tecnólogo, em que a polivalência técnica é «vertical», pois as tarefas técnicas «descem» ao nível da oficina; por fim, o operário administrador, que assume certas tarefas de administração técnica e económica, antes vedadas pela rígida divisão hierárquica e funcional do trabalho” (ibidem).

De facto, poderíamos caracterizar as tendências atuais de evolução social, do seguinte modo:

- Ao contrário do anunciado fim do trabalho, este embora permaneça e seja indispensável, é “objecto de um movimento amplo, poderoso e diversificado de dissolução» (Coriat, 1992: 182);
- Aumento do peso do sector terciário na economia, em que as profissões próprias do trabalho industrial deram lugar preponderante ao trabalho/

- competência baseado no conhecimento e na informação (Bilhim, 2002, 71);
- Aceleração do processo de globalização dos mercados (Sassen, 2005);
- Desenvolvimento de um “capitalismo flexível” (Harvey, 1989) que ao sobrepor o trabalho baseado em competência ao trabalho baseado em profissões conduziu à precarização das relações laborais, elevação dos níveis de desemprego estrutural que afectam diferentes sectores da população;
- Consequente aumento da desigualdade social (Peugny, 2007) e polarização das classes médias (Estanque, 2012), (Schwartz, 1998), em grande medida derivada da necessidade de alta especialização tecnológica de uma parte da mão-de-obra (Sassen, 2005) incluindo a aquisição de competências internacionais/globais (Wagner, 2007), (Sklair, 2001) por parte de sectores jovens e privilegiados (Bernstein, 1990) que passaram a desempenhar o que Castells (1998) chamou “trabalho programável” em oposição aos que desempenham “trabalho genérico”.

b) Redução da mobilidade social e desigualdade de rendimentos

Como podemos verificar nos relatórios da OCDE (2008 e 2011) ou do Banco Mundial, a redução do emprego e a precarização do trabalho têm levado a uma redução da mobilidade social ascendente e ao agravamento das desigualdades de rendimento familiar. Esta nova reconfiguração tipológica do trabalho tem vindo a reflectir-se directamente nos rendimentos disponíveis e nos hábitos de consumo das populações, que exprimem as categorias possíveis de consumidores.

Por um lado, há uma classe tecnicamente bem preparada que ascende e se torna num conjunto de consumidores exigentes que procuram novidades, equipamentos e serviços para a manutenção de um alto nível de vida. Por outro, há uma massa muito grande de profissionais em situação de precariedade, com profissões desclassificadas, instáveis e muitas vezes emprego intermitente que inclui desemprego tardio e que reduz, cada vez mais, os seus consumos a bens essenciais e produtos low-cost.

Por outro lado, ainda, a complexidade da economia contemporânea impede muitas vezes a utilização dos mecanismos políticos convencionais para produzir ajustamentos económicos, e leva-nos a pensar que nos encontramos numa situação económico/social e política nova e ainda grandemente por caracterizar e conhecer. Se o aumento da desigualdade social tem resultado, em parte, da intensificação da economia do conhecimento com obsolescências de outras formas de criar riqueza, estes fenómenos não esgotam a causalidade total do fenómeno.

A crise financeira, que se seguiu à falência do Lehman Brothers em 2007, contagiou a economia e mostrou a interdependência existente entre economia pública e privada, dando origem a uma situação social e económica nova em que as economias e os Estados se tornaram “reféns” dos agentes financeiros, vindo a

sua expansão e financiamento travados para a “salvação” de bancos. Ou seja, em vez de os bancos financiarem as dívidas, foram as dívidas em crescimento que salvaram os bancos da falência, numa espécie de perversão completa do sistema, como aconteceu em Portugal, com as “transferências” ou melhor, aumento de impostos e taxas, a ocorrerem das famílias para o Estado e não o contrário, e deste para os bancos. Isto foi feito à custa da diminuição de salários e aumento de impostos, ou seja, à custa de um aumento das alienações do trabalho, em contraciclo com o que havia acontecido nos decénios anteriores e com a cultura de bem-estar desenvolvida no Ocidente no Pós- IIGM. Se juntarmos a isto o custo do que Coriat (1992:236-238) chamou “rendimento sem trabalho” temos uma ideia do desafio que enfrentam as sociedades contemporâneas para reorganizarem as relações económicas e sociais (Lojkine, 1995, 36 e segs.) e manterem a solidariedade social.

Do ponto de vista social esta evolução económica e financeira reforçou a já tão falada crise da classe média que veio a recompor-se, dividindo-se entre as suas faixas: a mais baixa que se proletarizou e desclassificou a mais alta, que se afastou mais para o topo, graças aos grandes salários pagos aos trabalhadores técnico/científicos altamente especializados que entram cada vez mais no mercado de trabalho (Chauvel 2006). Chauvel, num estudo realizado em França em 2006, mostrou que a classe média tem vindo a ser afectada simultaneamente por um conjunto de factores que a alteraram consideravelmente e lhe retiraram da relativa protecção social de que gozava, expondo uma parte dela a uma mobilidade social descendente: estagnação dos rendimentos intermédios, a fragilização dos assalariados, a desclassificação escolar dos jovens diplomados (ibidem).

Este último indicador, foi por sua vez, estudado em 2007 por Camille Peugny que numa classificação de estatutos, avaliada pelas categorias profissionais, mostrou a existência de grupos de indivíduos que, pela primeira vez na história (como fenómeno agregado) tinham um estatuto inferior ao dos seus pais (Peugny, 2007). Peugny falou então de uma “viragem da situação” para um conjunto de indivíduos que nasceram depois dos anos 60 e não conseguiram no seu conjunto o “destino vantajoso” dos seus pais, nascidos nos anos 40. O autor afirmou que “na França dos anos 2000 para os indivíduos de 40 anos, um em cada quatro dos filhos da classe superior e uma em cada três das filhas são empregados ou exercem empregos operários” (ibidem, 44-45). O autor mostrou também que “a transmissão hereditária dos lugares” foi substituída por uma simples tendência para a transmissão de um “capital escolar” (ibidem, 55), além de que o aumento quantitativo dos diplomados, resultante das políticas educativas recentes, conduziu a que o peso do diploma no estatuto social os indivíduos tivesse vindo a ser reduzido ao longo das gerações. A existência de um grande número de diplomados exercendo funções “desclassificantes” em relação à sua formação deu origem a novos grupos sociais que já não têm o perfil da classe média mas que também não têm o das classes populares (Schwartz, 1998: cap. 6).

Camille Peugny chamou a estes diplomados desclassificados “os anjos mortos da democratização escolar” e mostrou que tal democratização não promoveu a meritocracia e a fluidez social (Peugny, 2013).

c) Reestruturação empresarial do factor humano

Em alinhamento com esta tendência, verificamos que em Portugal, no conjunto da economia, uma redução salarial de 2,2 por cento, em 2012 face ao ano anterior, o que associado a vínculos laborais cada vez mais precários e números do desemprego a crescerem, nos situam nos quadros anteriormente referidos. O estudo DERPEC corrobora esta evolução, registando uma quebra de 2 por cento na remuneração média do trabalho no conjunto dos conglomerados estudados.

Não obstante, os resultados das empresas incluídas no painel, que supostamente mais reflectem as tendências dominantes da economia portuguesa, constataam que o peso da massa salarial no valor acrescentado pelas empresas (v. índice de carga salarial), registou um acréscimo de 6 por cento. Facto que se explica na circunstância da produtividade do trabalho ter verificado, no período observado, uma quebra superior à redução da remuneração do trabalho, na ordem dos -7 por cento. O acréscimo do peso relativo dos custos do trabalho no VAB foi registado, sobretudo, nos conglomerados “Turismo e Restauração” (11%), “Agro-Alimentar” (11%) e “Combustíveis e Electricidade” (11%), tendo registado apenas queda no índice o conglomerado “Transporte Público” (-9%).

Ora, tendo em atenção o nosso enquadramento teórico, estes números, apesar do grave contexto de crise em que vivemos, parecem reflectir, de algum modo, a tendência de alteração estrutural que temos vindo a caracterizar, através da evidenciação de novas configurações sociais. Note-se que foi no sector dos transportes, em que o homem mais dificilmente pode ser substituído pela máquina, que existiu uma queda do peso relativo dos custos de trabalho, logo uma desclassificação da mão-de-obra.

Já no caso dos sectores de tecnologia intensiva e sujeitos a grandes esforços de reorganização e redução de custos, “Saúde e higiene” à cabeça, verifica-se um acréscimo do peso relativo dos salários, mesmo em tempo de crise, levando-nos a formular a hipótese de que tais custos estão relacionados com a criação de novas categorias de trabalhadores científicos e técnicos, mais bem pagos que os antigos operários especializados, e que têm vindo a ser recrutados, em contraciclo com o movimento geral da economia portuguesa. Tal recrutamento deve, provavelmente, constituir um investimento em recursos humanos com ganhos esperados de produtividade a prazo.

Efectivamente, parece que devemos estar em presença de uma reestruturação empresarial mais ligada à recomposição dos factores humanos, pois, ocorreu simultaneamente uma queda de 13,7% no investimento a nível nacional e, para este painel, um aumento da massa salarial, sem nele se registarem ganhos significativos de produtividade - o Índice Progresso Técnico indica uma

evolução negativa de -7 por cento, confirmando a quebra da produtividade global dos factores registada na economia portuguesa em 2012. É de sublinhar que a quebra mais significativa deste indicador de progresso técnico foi registada nos conglomerados “Telecomunicações e Multimédia” (-16%), “Combustíveis e Electricidade” (-13%) e “Transporte Particular” (-12%), ao contrário do que se passou com os conglomerados “Transporte Público” (+12%) e “Bens de Grande Consumo” (+3%).

Também este facto nos leva a pensar que o crescimento da massa salarial se deve a um investimento em recursos humanos mais especializados sendo que o investimento (não salarial) terá ocorrido mais em sectores onde as alterações dos perfis profissionais são mais limitadas (pela menor tendência para aumento da intensidade tecnológica e organizacional) ou seja, nos sectores mais tradicionais e menos informacionais, como são o caso dos “transportes” e “Bens de grande consumo”. Em vez de focarmos a nossa atenção na contracção da economia portuguesa, deveremos, talvez, focá-la numa destruição criativa, embora ainda muito subtil, compreendendo que, como afirmou Schnapper (1998:26), “Na ordem económica que é dado a uns é retirado a outros”.

Corroborando a nossa hipótese (de que, tais custos estão relacionados com a criação de novas categorias de trabalhadores científicos e técnicos, mais bem pagos que os antigos operários especializados, e que têm vindo a ser recrutados, em contraciclo com o movimento geral da economia portuguesa), o indicador Capital/emprego (I/T) encontra-se alinhado pela redução do investimento ocorrida na economia nacional (variação negativa de -8 por cento na relação entre os dois factores). Mas, evidencia-se uma evolução positiva do índice nos conglomerados “Transporte Público” (+16%), “Turismo e Restauração” (+7%) e “Saúde e Higiene” (+6%), tendo a quebra afectado especialmente alguns dos sectores onde se registaram os aumentos com a carga salarial, tais como nos conglomerados “Telecomunicações e Multimédia” (-33%) e “Transporte Particular” (-26%).

Será que estes dados anunciam novas configurações próprias da sociedade do conhecimento? Provavelmente evidenciam, de facto, muito discreta e timidamente, alguns traços da “revolução informacional” de que fala Santos (2004:31) que “longe de reduzir-se às potencialidades sociais da micro-eletrónica, expressa-se notadamente na emergência da informação sob novas formas nas redes que vinculam indústrias, serviços e pesquisa científica”.

Concluindo, parece poder confirmar-se, pela análise deste painel que, apesar dos valores globais da economia portuguesa revelarem os efeitos de depressão, há novos fenómenos socioeconómicos diretamente emergentes da nova sociedade da informação que anunciam um progresso económico, o que deve levar-nos a uma constante vigilância desses fenómenos. Provavelmente, são eles que manifestam a direção do novo dinamismo económico que nos anuncia o futuro que, em contraste com o passado, se evidencia também na nova estrutura de classes da UE, construída pelo ESS – European Social Survey – 2004,

composta pelas seguintes categorias socioprofissionais: Operários e Empregados Executantes 55%, Trabalhadores independentes 5%, Nova classe assalariada de técnicos e de enquadramento 25%, Classe de topo (empresários, dirigentes e profissionais liberais) - 15%.

Bibliografia

- BANCO MUNDIAL (2013) - "About the 2013 World Development Report on Jobs", World Development Reports.
- BANCO DE PORTUGAL (2013), Relatório do Conselho de Administração, Lisboa, Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal.
- BERNSTEIN, Basil (1990) - *The Stuturing of Pedagogical Discourse*, Londres, Routledge.
- BILHIM, J. (2002) - *Questões Actuais de Gestão de Recursos Humanos*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- CARVALHO, J. Eduardo (2007), *Produtividade*, 2ª edição, Lisboa, Quimera Editores.
- CARVALHO, J. Eduardo (2011), *Gestão de Empresas*, 2ª edição, Lisboa, Edições Sílabo.
- CASTELLS, Manuel (1998) - *End of Millennium (The information age economy, society and culture, Vol III*, Cambridge Blackwell).
- CHAUVEL, L. (2006) - *Les Classes Moyennes à la Dérive*, Paris, Seuil.
- COURS-SALIES, P. (1999) - "Une Certaine Centralié du Travail", in C. Durand e G. Bollier (orgs.), *op.cit.*, pp161-180.
- DE BANDT, J., J. Gadrey (orgs.)(1994) - "Relations de Servisse, Marchés de Service", Paris, CNRS/Centre National de Recherche Scientifique.
- ESTANQUE, Elísio, (2012) - *A Classe Média: Ascensão e Declínio*, Lisboa, FFMS.
- GRINT, K. (2001) - *Work and Society: A Reader*, Cambridge, Polity Press.
- HARVEY, David (1989) - *The Condition of Posmodernity an Inquiry Into the Origins of Cultural Change*, Oxford, Basil Blackwell Lda.
- LOJKINE, Jean. (1995) - *A Revolução Informacional*, São Paulo, Cortez.
- OECD (2011) - "Divided We Stand. Why Inequality Keeps Rising", Paris, OECD Publishing
- OECD (2008) - "Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OCDE countries", Paris, OECD Publishing.
- PEUGNY, C. (2013) - *Le Destin au Berceau. Inégalités et Reproduction Sociale*, Paris, Seuil.
- PEUGNY, C. (2007) - *La Mobilité Sociale Descendante. L'épreuve du Déclassement*, thèse pour le doctorat de sociologie, Paris, IEP .
- SANTOS, J.A. F. (2004) - *Questão de Classe: Teorias e Debates acerca das Classes Sociais nos Dias de Hoje*, Clío, Edições Electrónicas Juiz de Fora.
- SASSEN, Saskia (2005)-"New global classes: implications for politics", em

- Anthony Giddens e Patrick Diamond (orgs.), *The New Egalitarianism*, Cambridge, Polity Press, pp.143-153.
- SCHNAPPER, D. (1998) - *Contra o Fim do Trabalho*, Lisboa , Terramar
- SCHWARTZ, O. (1998) - *La Notion de « classes populaires »*, Mémoire d'habilitation à diriger des recherches en sociologie, Université de Versailles, Saint Quentin en Yvelines.
- SKLAIR, Leslie (2001) - *The Transnational Capitalist Class*, Oxford/Malden, MA: Blackwell
- WAGNER, Anne-Catherine (2007) - *Les Classes Sociales Dans la Mondialisation*, Paris, La Découverte.